

O QUE ESTÁ EM JOGO COM A REFORMA TRIBUTÁRIA?

BRASIL, 2019

O CENTRO DO DEBATE

□ SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA

- Propostas do Governo: Imposto sobre transações; Correção da Tabela do IRPF com alíquota máxima de 25%; Unificação PIS/COFINS/IPI/CSLL/IOF
- Proposta da Câmara: Imposto de Bens e Serviços (IBS), com unificação de IPI/PIS/COFINS/ICMS/ISS.

□ JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

- O grande gargalo do sistema tributário brasileiro é a regressividade.

TEM IMPOSTO DEMAIS?

FIGURA 38 – CARGA TRIBUTÁRIA COMO PROPORÇÃO DO PIB
PAÍSES DA OCDE E BRASIL
2014

PAÍSES	CARGA TRIBUTÁRIA TOTAL EM % DO PIB
DINAMARCA	50,9
FRANÇA	45,2
BÉLGICA	44,7
FINLÂNDIA	43,9
ITÁLIA	43,6
ÁUSTRIA	43,0
SUÉCIA	42,7
NORUEGA	39,1
ISLÂNDIA	38,7
HUNGRIA	38,5
LUXEMBURGO	37,8
ESLOVÊNIA	36,6
ALEMANHA	36,1
GRÉCIA	35,9
PORTUGAL	34,4
REPÚBLICA CHECA	33,5
ESPAÑHA	33,2
ESTÓNIA	32,9
REINO UNIDO	32,6
BRASIL	32,4
NOVA ZELÂNDIA	32,4
ISRAEL	31,1
ESLOVÁQUIA	31,0
CANADÁ	30,8
IRLANDA	29,9
TURQUIA	28,7
SUIÇA	26,6
ESTADOS UNIDOS	26,0
COREIA	24,6
CHILE	19,8
MÉDIA OCDE	34,1

“Os investimentos não vêm porque a carga tributária é muito alta”. Será?

- Paraguai – 13% do PIB.
- El Salvador – 13% do PIB.
- Etiópia – 11% do PIB.

IMPOSTO INDIRETO/CONSUMO

FIGURA 1 – COMPOSIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA, POR BASES DE INCIDÊNCIA

EM %

OCDE E BRASIL

2015

PAÍSES	RENDA	PATRIMÔNIO	CONSUMO	OUTROS	TOTAL	CARGA TRIBUTÁRIA (% PIB)
Alemanha	31,2	2,9	27,8	38,1	100,0	37,1
Bélgica	35,7	7,8	23,8	32,7	100,0	44,8
Chile	36,4	4,4	54,1	5,1	100,0	20,5
Coreia do Sul	30,3	12,4	28,0	29,3	100,0	25,2
Dinamarca	63,1	4,1	31,6	1,2	100,0	45,9
Espanha	28,3	7,7	29,7	34,3	100,0	33,8
Estados Unidos	49,1	10,3	17,0	23,6	100,0	26,2
França	23,5	9,0	24,3	43,2	100,0	45,2
Holanda	27,7	3,8	29,6	38,9	100,0	37,4
Irlanda	43,0	6,4	32,6	18,0	100,0	23,1
Itália	31,8	6,5	27,3	34,4	100,0	43,3
Japão	31,2	8,2	21,0	39,6	100,0	30,7
Noruega	39,4	2,9	30,4	27,3	100,0	38,3
Portugal	30,2	3,7	38,4	27,7	100,0	34,6
Reino Unido	35,3	12,6	32,9	19,2	100,0	32,5
Suécia	35,9	2,4	28,1	33,6	100,0	43,3
Turquia	20,3	4,9	44,3	30,5	100,0	25,1
MÉDIA OCDE	34,1	5,5	32,4	28,0	100,0	34,0
BRASIL (1)	18,3	4,4	49,7	27,6	100,0	32,6

Autor: OLIVEIRA, Fabrício A. As reformas tributárias no plano internacional: a marcha da insensatez; In: *A Reforma Tributária Necessária: diagnóstico e premissas* / Eduardo Fagnani (organizador). Brasília: ANFIP: FENAFISCO: São Paulo: Plataforma Política Social, 2018. 804 p. ISBN: 978-85-62102-27-1 / CDU 336.22. <http://plataformapoliticasocial.com.br/a-reforma-tributaria-necessaria/>
Fontes: OCDE: Revenue Statistics Comparative Tables. [HTTps://stats.oecd.org/index.aspx?DataSetCode](https://stats.oecd.org/index.aspx?DataSetCode); Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. CETAD – Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros.

Nota: (1) Carga Tributária de 2015, RFB.

IMPOSTO INDIRETO/CONSUMO

FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DAS ALÍQUOTAS DO IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA FÍSICA

EM %

PAÍSES SELECIONADOS

2015

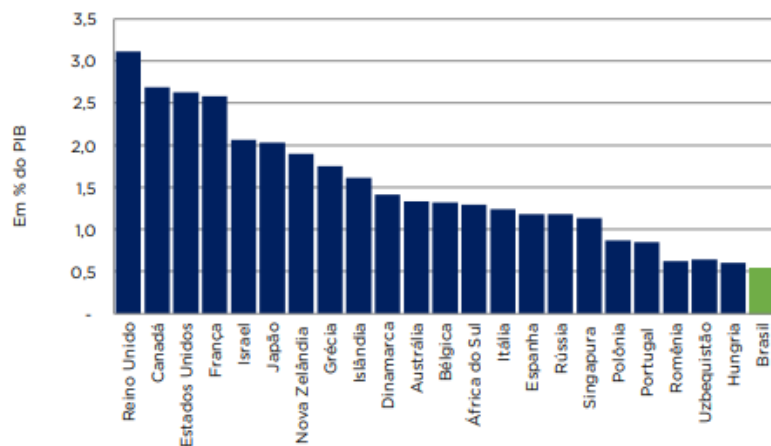
PAÍSES /ANO	2015 (%)
DESENVOLVIDOS	
Alemanha	45,0
Bélgica	50,0
Dinamarca	53,4
Estados Unidos	39,6
Espanha	47,0
França	45,0
Holanda	52,0
Itália	43,0
Japão	50,8
Noruega	47,2
Portugal	48,0
Suécia	57,0
Reino Unido	45,0
EMERGENTES E AMÉRICA LATINA	
Argentina	35,0
BRASIL	27,5
Chile	40,0
China	45,0
Colômbia	33,0
Índia	34,0
México	35,0
Nicarágua	30,0
Peru	30,0
Turquia	35,0
Uruguai	30,0
Venezuela	34,0
MÉDIA OCDE	41,0

Autor: OLIVEIRA, Fabrício A. As reformas tributárias no plano internacional: a marcha da insensatez; In: *A Reforma Tributária Necessária: diagnóstico e premissas* / Eduardo Fagnani (organizador). Brasília: ANFIP; FENAFISCO: São Paulo: Plataforma Política Social, 2018. 804 p. ISBN: 978-85-62102-27-1/ CDU 336.22. <http://plataformapoliticasocial.com.br/a-reforma-tributaria-necessaria/> Fonte: Elaborado pelo autor com base em: KPMG. *Global Tax Rate Survey*, vários anos.

IMPOSTO INDIRETO/CONSUMO

FIGURA 4 – ARRECAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA

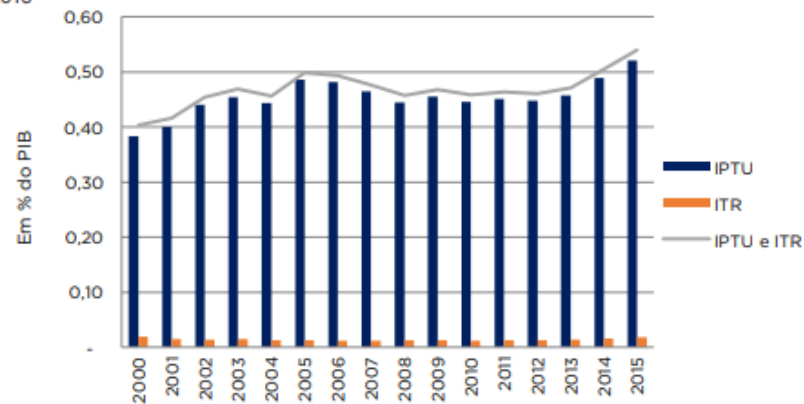
Em % do PIB
PAÍSES SELECIONADOS
2015



Fonte: Elaboração própria, com base em OECD (2017).

FIGURA 5 – EVOLUÇÃO DA ARRECAÇÃO DO IPTU E DO ITR

Em % do PIB
BRASIL
2000-2015



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Ministério da Fazenda (várias edições entre 2001-2016).

REGRESSIVIDADE

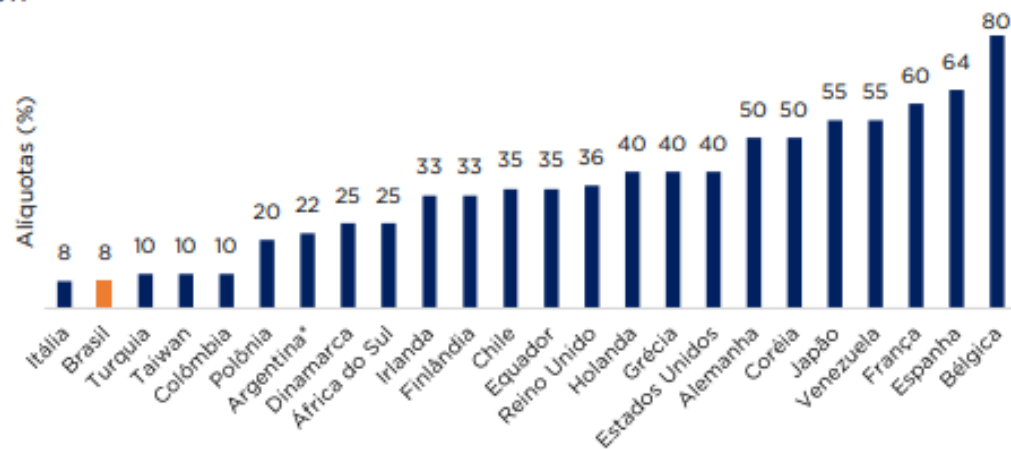
**FIGURA 3 – COMPORTAMENTO DO ÍNDICE DE GINI APÓS ATUAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL
BRASIL
2009**



Fonte: IBGE/POF. Silveira, F. G. *et al.*(2011) "Equidade Fiscal: impactos distributivos da tributação e dos gastos sociais" Comunicados do Ipea nº 92. Elaboração própria.

REGRESSIVIDADE

FIGURA 2 – ALÍQUOTA MÁXIMA DO IMPOSTO SOBRE HERANÇAS
PAÍSES SELECIONADOS
EM PORCENTAGEM
2017



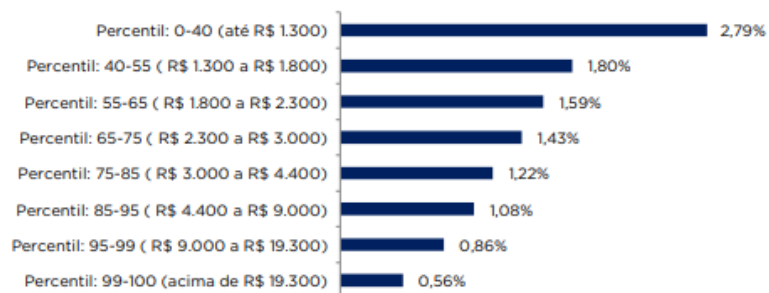
Fonte: Global Property Guide (2017) e outras fontes.

*Apenas na Província de Buenos Aires

REGRESSIVIDADE

FIGURA 8 – PARTICIPAÇÃO DO PAGAMENTO DO IPVA NA RENDA DOMICILIAR DOS CONTRIBUINTES DO IMPOSTO, POR ESTRATOS DE RENDA DOMICILIAR MENSAL

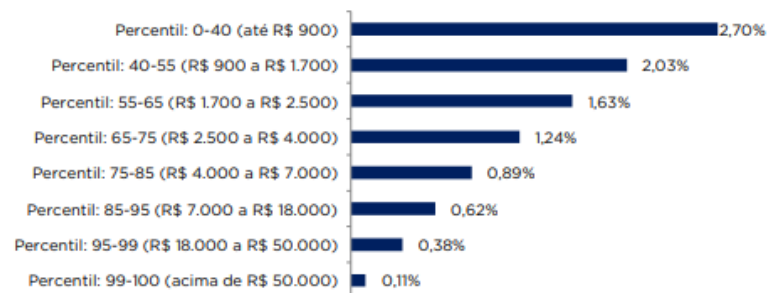
Em %
2008 E 2009
BRASIL



Fonte: IBGE (POF 2008-9)

FIGURA 9 – PARTICIPAÇÃO DO PAGAMENTO DO IPVA NA DESPESA DOMICILIAR DOS CONTRIBUINTES DO IMPOSTO, POR ESTRATOS DE DESPESA DOMICILIAR MENSAL

Em %
2008 E 2009
BRASIL

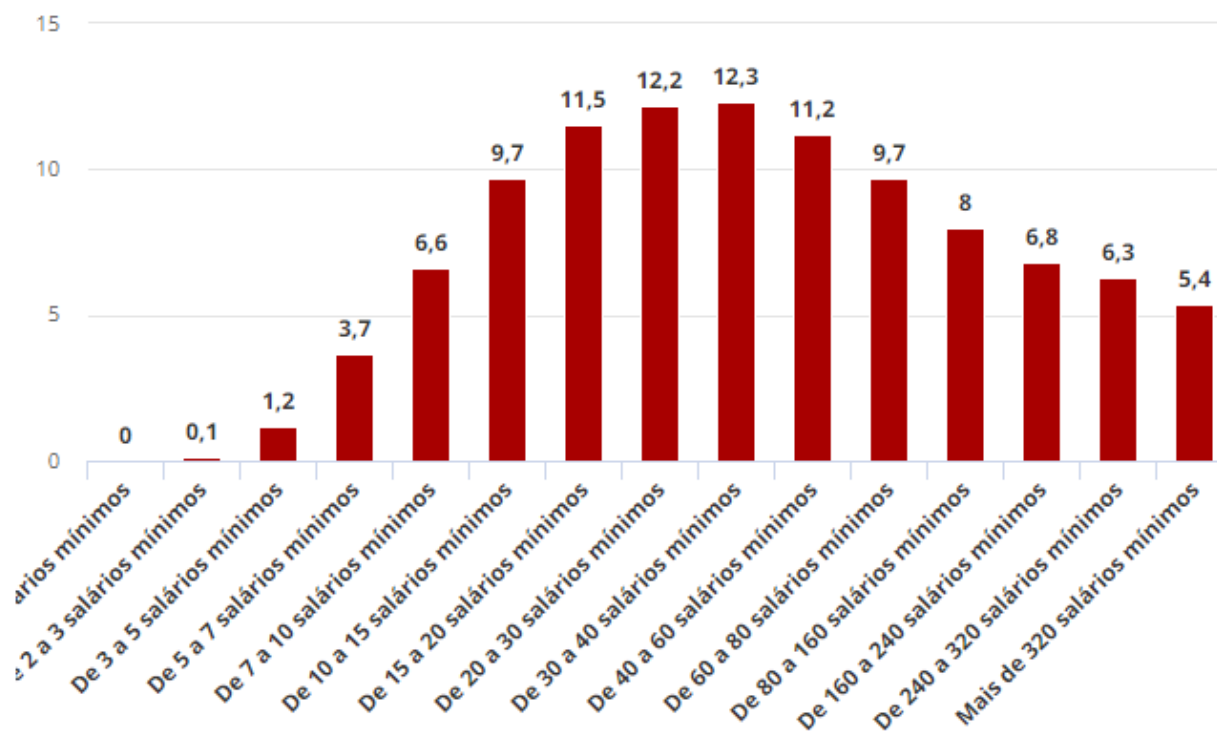


Fonte: IBGE (POF 2008-9)

REGRESSIVIDADE

Mordida do Fisco por faixa de renda

Alíquota efetiva de IR considerando rendimentos tributáveis, isentos e tributados exclusivamente na fonte, em %

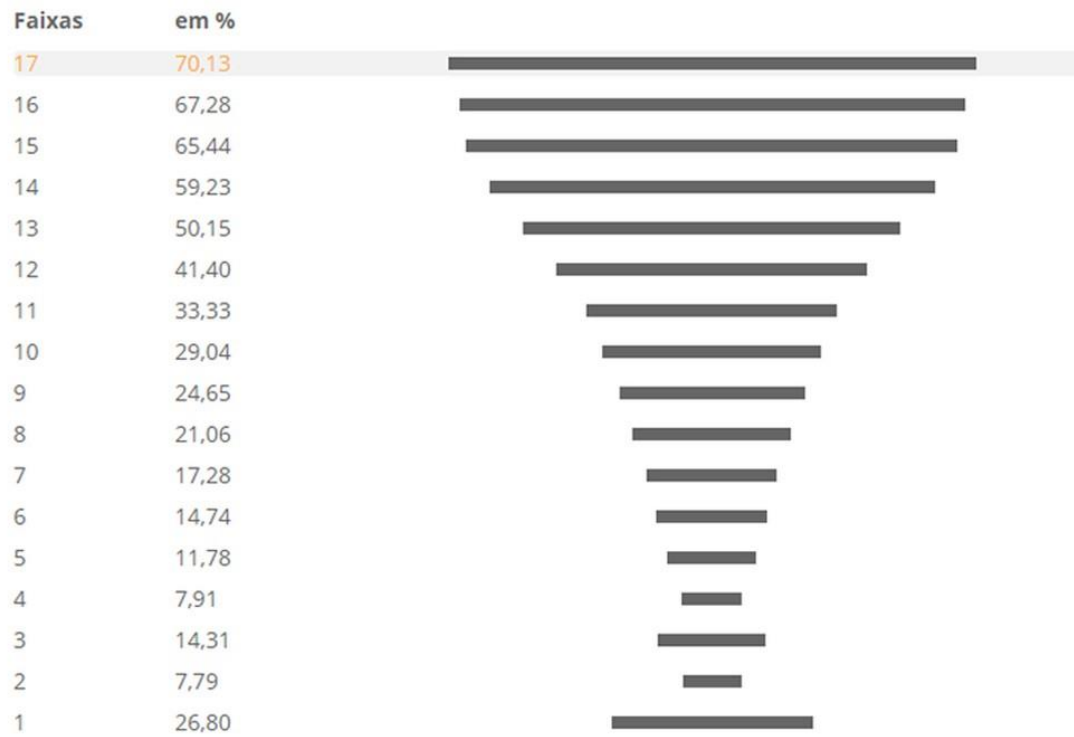


Fonte: Sérgio Gobetti, pesquisador do Ipea

DESONERAÇÕES E ISENÇÕES ABUSIVAS

QUANTO DA SUA RENDA É ISENTA

Na média, **70,13%** dos rendimentos da sua faixa são isentos de IR



DESONERAÇÕES E ISENÇÕES ABUSIVAS

Tabela 21 - Rendimentos Isentos e Não Tributáveis

	R\$ bilhões	
Lucros e dividendos recebidos	280,56	280,56
Transferências patrimoniais - doações e heranças	105,60	105,60
Rendimentos de sócio de ME ou optante pelo Simples, exceto pró-labore	89,68	89,68
Outros	88,32	88,32
Parcela isenta de aposentadoria de maior de 65 anos	65,59	65,59
Rendimentos de poupanças, letras hipotecárias, LCI, LCA, CRI, CRA	63,71	63,71
Pensão, aposentadoria ou reforma por doença grave ou por acidente	53,54	53,54
Parc. isenta correspondente à atividade rural	44,81	44,81
Indenizações por rescisão de contrato de trabalho, PDV e FGTS	42,89	42,89
Incorporação de reservas ao capital/Bonificações em ações	10,58	10,58
Transferências patrimoniais - meação e divórcio	8,86	8,86
Capital das apólices de seguro e pecúlio de previdência privada	6,21	6,21
Rendimento bruto, transporte de carga (max. 90%)	5,28	5,28
Bolsas de estudo e de pesquisa caracterizadas como doação, exceto médico-residente ou Pronatec	2,28	2,28
Bolsas de estudo e de pesquisa caracterizadas como doação, recebidas por médico-residente e por servidor da rede púb. de educ.	2,09	2,09
Restituição do imposto sobre a renda de anos-CALENDÁRIO anteriores	1,90	1,90
Lucro na alienação de outros bens imóveis	1,49	1,49
Lucro na alienação do único imóvel	1,34	1,34
Recuperação de prejuízos em Renda Variável	1,17	1,17
75% dos rendimentos em moeda estrangeira de servidores do Governo	0,84	0,84
Rendimento bruto, transporte de passageiros (max. 40%)	0,74	0,74
Ganhos líquidos de ações até R\$ 20.000,00	0,40	0,40
Imposto de anos anteriores compensado judicialmente	0,07	0,07
Ganhos líquidos com ouro até R\$ 20.000,00	0,06	0,06
Lucro na alienação de moeda estrangeira em espécie	0,01	0,01
Total Rendimentos Isentos e Não Tributáveis:	-	

10 PROPOSTAS

- Retomar a tributação de Lucros e Dividendos com alíquota de 20%.
- **Criação de nova faixa do IRPF, com rendimento acima de 25 salários mínimos e alíquota de 35%. Hoje é alíquota máxima mais baixa dos emergentes.**
- Redução do IRPJ para 25%, com ampliação da base de incidência pela redução das desonerações empresariais. Hoje é a 2ª alíquota mais alta dos emergentes.
- **Federalização e alíquota progressiva do Imposto sobre Herança, de 2% a 40%.**
- Revisão das desonerações fiscais, hoje em 4,67% do PIB, praticamente o dobro da média internacional.

10 PROPOSTAS

- **Progressividade do IPVA e ampliação da base de incidência com embarcações e aeronaves.**
- **Criação de sistema cadastral único e fiscalização ativa para cobrança do ITR.**
- **Fim do Refis e tipificação da sonegação como crime de conduta (Revogação da Lei 9249/95).**
- **Imposto Verde: taxaço de emissão de carbono no setor de combustíveis, vinculação da Cide a investimentos de mudança de matriz energética e medidas de estímulo (IPI e IPVA ecológicos).**
- **Estabelecimento do IBS, com manutenção da COFINS.**

PARA RETOMAR O DESENVOLVIMENTO

- Efeito previsto: acréscimo arrecadatório de cerca de 2% do PIB.
- Atrelado a investimentos em infraestrutura social e políticas distributivas com elevado efeito multiplicador.
- Caminho para saída da crise, com a retomada do investimento público.